

Ventos de São Galvão Holding S.A.

**Demonstrações Financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Galvão Holding S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Galvão Holding S.A.. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Ventos de São Galvão Holding S.A... em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas respectivas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 04 de maio de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de Março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Ventos de São Galvão Holding S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.206	21.108	22.828.824	9.498.975
Contas a receber de clientes	6	-	-	3.521.260	3.104.016
Dividendo a receber	9	3.267.377	-	-	-
Impostos a recuperar		7.446	7.438	19.098	19.089
Despesas antecipadas	7	-	-	104.701	112.020
Adiantamento a fornecedor		-	15.062	82.950	79.688
Partes relacionadas – outros créditos	16	-	-	1.104.777	302.725
		3.285.029	43.608	27.661.610	13.116.513
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	4.451.904	4.320.460
Despesas antecipadas	7	-	-	101.612	860.579
Investimentos	9	67.346.404	56.856.400	-	-
Imobilizado e ativo direito de uso	8	-	-	195.288.582	204.100.840
		67.346.404	56.856.400	199.842.098	209.281.879
Total do ativo		<u>70.631.433</u>	<u>56.900.008</u>	<u>227.503.708</u>	<u>222.398.392</u>
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	55	29.037
Dividendos a pagar	11	3.247.209	-	3.247.209	-
Empréstimos e financiamento	10	-	-	14.345.020	10.833.707
Partes relacionadas - fornecedores	16	131	1.154	43.017	374.139
Obrigações fiscais		5	17	872.054	626.203
Outras contas a pagar		-	-	1.186.001	840.601
		3.247.345	1.171	19.693.356	12.703.687
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	140.426.264	152.795.868
		-	-	140.426.264	152.795.868
Total do passivo		<u>3.247.345</u>	<u>1.171</u>	<u>160.119.620</u>	<u>165.499.555</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	11	53.243.221	51.209.221	53.243.221	51.209.221
Reserva legal		683.623	-	683.623	-
Reserva de lucros a distribuir		13.457.244	-	13.457.244	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.974.000	-	1.974.000
Prejuízos acumulados		-	-	-	-
Lucros acumulados		-	3.715.616	-	3.715.616
		67.384.088	56.898.837	67.384.088	56.898.837
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>70.631.433</u>	<u>56.900.008</u>	<u>227.503.708</u>	<u>222.398.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	12	-	-	57.511.722	24.508.123
Custos operacionais	13	-	-	(17.922.859)	(305.529)
Lucro bruto		-	-	39.588.863	24.202.594
Despesas operacionais					
Despesas gerais ou administrativas	14	(79.310)	(124.190)	(846.773)	(9.947.594)
Outras receitas operacionais		-	-	-	80
Outras despesas operacionais		(3.215)	-	(2.359)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	13.757.380	8.374.361	-	-
		13.674.855	8.250.171	(849.132)	(9.947.514)
Lucro antes do resultado financeiro		13.674.855	8.250.171	38.739.731	14.255.080
Receitas financeiras	15	39	34.896	742.100	407.900
Despesas financeiras	15	(2.434)	(1.886.103)	(23.742.614)	(7.265.441)
Resultado financeiro	15	(2.395)	(1.851.207)	(23.000.514)	(6.857.541)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		13.672.460	6.398.964	15.739.217	7.397.538
Provisão para IRPJ e CSLL	18	-	-	(2.066.757)	(998.574)
Lucro do exercício		13.672.460	6.398.964	13.672.460	6.398.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	13.672.460	6.398.964	13.672.460	6.398.964
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>13.672.460</u>	<u>6.398.964</u>	<u>13.672.460</u>	<u>6.398.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a distribuir	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.962.383	(9.109.000)	-	-	-	(2.692.041)	31.161.342
Capital subscrito (Nota 11)	8.246.838	(8.246.838)	-	-	-	-	-
Capital integralizado (Nota 11)	-	17.355.838	-	-	-	-	17.355.838
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.974.000	-	-	-	1.974.000
Ajuste do exercício anterior	-	-	-	-	-	8.693	8.693
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.398.964	6.398.964
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.209.221	-	1.974.000	-	-	3.715.616	56.898.837
Capital subscrito (Nota 11)	2.084.000	(2.084.000)	-	-	-	-	-
Capital integralizado (Nota 11)	-	2.034.000	(1.989.000)	-	-	-	45.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	15.000	-	-	-	15.000
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	13.672.460	13.672.460
Destinação do lucro:							
Reserva legal	-	-	-	683.623	-	(683.623)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.247.209)	(3.247.209)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	-	13.457.244	(13.457.244)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.293.221	(50.000)	-	683.623	13.457.244	-	67.384.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	13.672.460	6.398.964	13.672.460	6.398.964
Depreciação e amortização	-	-	8.789.511	5.322.137
Resultado na baixa de imobilizado	-	-	(21.937)	6.370
Equivalência patrimonial	(13.757.380)	(8.374.361)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	20.443.382	5.551.268
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	-	97
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de cliente	-	-	(410.793)	(3.104.016)
Tributos a recuperar	(9)	(7.425)	(9)	1.307
Despesas antecipadas	-	-	766.286	1.319.170
Adiantamento a fornecedores	15.062	(15.062)	18.674	(14.962)
Fornecedores	(1.023)	-	13.079	(1.504.751)
Obrigações trabalhistas	-	-	(21.295)	-
Obrigações fiscais	(12)	15	267.149	552.397
Outras contas a pagar	-	-	(836.289)	840.601
Juros pagos	-	-	(20.402.905)	(6.096.332)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	(70.902)	(1.989.176)	22.277.313	9.272.250
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(131.443)	(3.444.614)
Investimentos em controladas	-	(17.321.531)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(91.668)	(164.481.619)
Baixa de imobilizado	-	-	22.747	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17.321.531)	(200.364)	(167.926.233)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	45.000	17.355.838	45.000	17.355.838
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000	1.974.000	15.000	1.974.000
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	130.010.876
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(8.807.100)	-
Obrigações com arrendamentos	-	-	-	(6.256)
Partes relacionadas	-	212	-	(110.890)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamento	60.000	19.330.050	(8.747.100)	149.223.568
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(10.902)	19.343	13.329.849	(9.430.415)
No início do exercício	21.108	1.765	9.498.975	18.929.390
No fim do exercício	10.206	21.108	22.828.824	9.498.975
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(10.902)	19.343	13.329.849	(9.430.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santo Galvão Holding S.A, denominada “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, 10800, sala 16 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 28 de outubro de 2010 e a partir do dia 10 de abril de 2019 a empresa Ventos de Santo Galvão Energias Renováveis S.A., passou a ser sua subsidiária integral, por meio do aporte de capital representado pelo ativo líquido.

A Companhia é controladora da Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A. (controlada em operação comercial), com endereço situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 215 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 15 de maio de 2015. A controlada da Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com a portaria nº 517 de 27 de dezembro de 2018 do Ministério de Minas e Energia (MME). O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 50,4MW, conforme despacho nº 1.474 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 1.581, de 02 de junho de 2020 iniciou operação comercial em 03 de junho de 2020 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades (“Sociedade(s) Investida (s)”), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar (“Projetos”).

Sua controlada tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de São Januário 21, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e

- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia e sua controlada, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia e sua controlada adotaram rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia e sua controlada continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada apresentam capital circulante líquido positivo de R\$ 412.826. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada apresentam capital circulante líquido positivo de R\$ 7.968.254, sendo esse resultante do crescimento inicial das operações projetado pela Administração.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e sua controlada não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada (em fase operacional)	% de participação
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.	100%

Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuem ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Companhia e de sua controlada com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não identificaram quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia e sua controlada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada não constituíram provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia e sua controlada considerando a ausência de perspectiva de realização futura motivada pela opção do regime de tributação quando da entrada em operação do Empreendimento. Na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

A Companhia e sua controlada não adotaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.12 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e sua controlada não adotaram essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia e sua controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e sua controlada de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e sua controlada não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e sua controlada não possuem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada, apresentados na nota 10, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade (Consolidado)

	Saldo		Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2021	Risco	Provável	(+25%)	(+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	22.157.394	Variação do CDI	22.157.394	21.190.671	22.197.326
Efeito no resultado			602.296	635.573	642.228
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.451.904	Rendimentos em FI	4.451.904	4.469.103	4.472.543
Efeito no resultado			138.154	155.354	158.794
Saldo de empréstimos e financiamentos	(154.771.284)	IPCA	(154.771.284)	(157.342.039)	(157.856.190)
Efeito no resultado			(20.443.382)	(23.014.137)	(23.528.288)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	10.206	20.778	671.430	69.093
Aplicações financeiras	-	330	22.157.394	9.429.882
Total	10.206	21.108	22.828.824	9.498.975

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos Bancos ABC Brasil e BTG Pactual. e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 80% à 105% do CDI em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro 2020 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	4.451.904	4.320.460
Total ativo não circulante	4.451.904	4.320.460

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de novembro de 2018, onde as liberações foram realizadas a partir de outubro de 2019. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021 e 5,96% no ano de 2020.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos CCEE (a)	-	408
Focus Energia Ltda	232.946	-
Tempo Energia S.A (c)	-	178.560
Vale Energia S.A. (b)	3.288.314	2.925.048
	<u>3.521.260</u>	<u>3.104.016</u>

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.
- (b) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Vale S.A.
- (c) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia incentivada no ambiente de contratação livre – ACL com a Tempo Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia e sua controlada consideram não serem necessárias as constituições de provisões para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua controlada não apresentam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021.

7 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de empréstimos (a)	42.826	447.911
Prêmios de seguro a apropriar	163.487	524.688
	<u>206.313</u>	<u>972.599</u>
Ativo circulante	104.701	112.020
Ativo não circulante	101.612	860.579

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	671.673	(204.766)	466.907	534.947
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	206.416.390	(13.870.185)	192.546.205	201.209.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% a 4%	1.496.535	(100.492)	1.396.043	1.450.869
Móveis e utensílios	6,25%	61.775	(7.080)	54.695	58.558
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	846.669
Imobilizado em andamento	-	824.732	-	824.732	-
Total		<u>209.471.105</u>	<u>(14.182.523)</u>	<u>195.288.582</u>	<u>204.100.840</u>

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	534.947	-	-	(810)	(67.230)	466.907
Máquinas e equipamentos	201.209.797	-	-	-	(8.663.592)	192.546.205
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.450.869	-	-	-	(54.826)	1.396.043
Móveis e utensílios	58.558	-	-	-	(3.863)	54.695
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	846.669	-	(824.732)	(21.937)	-	-
Imobilizado em andamento	-	-	824.732	-	-	824.732
Total	204.100.840	-	-	(22.747)	(8.789.511)	195.288.582

	31/12/2019	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	603.715	-	-	(6.370)	(62.398)	534.947
Máquinas e equipamentos	-	-	206.416.390	-	(5.206.593)	201.209.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	1.496.535	-	(45.666)	1.450.869
Móveis e utensílios	-	-	61.775	-	(3.217)	58.558
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	81.252	-	(82.921)	-	1.669	-
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-	-
Custos de empréstimos	14.623	811.212	(825.835)	-	-	-
Licenciamento ambiental	1.428.645	774.006	(2.202.651)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	16.878.331	149.920.345	(165.952.007)	-	-	846.669
Imobilizado em andamento (ii)	24.634.279	14.263.759	(38.898.038)	-	-	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	5.932	-	-	-	(5.932)	-
Total	43.660.025	165.769.322	-	(6.370)	(5.322.137)	204.100.840

(i) Referem-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

(ii) Refere-se as aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

9 Investimentos (Controladora)

A Companhia possui investimento societário em empresa eólica, conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A	<u>67.346.404</u>	<u>56.856.400</u>
Total	<u>67.346.404</u>	<u>56.856.400</u>

a. Movimentação do investimento

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 1º de janeiro	56.856.400	31.160.508
Aumento de capital	-	17.321.531
Equivalência patrimonial	13.757.380	8.374.361
Dividendos a Receber	<u>(3.267.377)</u>	-
Saldos em 31 de dezembro	<u>67.346.403</u>	<u>56.856.400</u>

b. Saldos da controlada

<i>Controlada</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	227.486.055	222.354.784
Passivo	160.139.652	165.498.384
Patrimônio líquido	67.346.403	56.856.400
Resultado do exercício	<u>13.757.380</u>	<u>8.374.361</u>

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de novembro de 2018, a controlada da Companhia formalizou contrato de financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no valor de R\$ 183.435.636, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 2,2731% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 241 meses com carência de 29 meses. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de cartas de fiança bancária contratadas junto a bancos comerciais que poderão ser liberadas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento. A Companhia e sua controlada cumpriram os *covenants* no exercício.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	<u>154.771.284</u>	<u>163.629.575</u>
Total		<u><u>154.771.284</u></u>	<u><u>163.629.575</u></u>

b. Movimentação da conta

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos em 1º de janeiro	163.629.575	32.876.060
Captações de empréstimos e financiamentos	-	133.800.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(8.807.100)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	20.443.382	5.551.268
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(20.402.905)	(6.096.332)
Custo de captação	-	(3.789.124)
Capitalização de imobilizado	(91.668)	<u>1.287.703</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>154.771.284</u>	<u>163.629.575</u>
Circulante	14.345.020	10.833.707
Não circulante	140.426.264	152.795.868

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2021	
	Valor	%
2023	4.112.555	3%
2024	5.072.122	4%
2025	5.766.994	4%
2026	6.481.534	4%
2027	6.519.877	5%
2028	6.498.193	4%
2029	7.191.762	5%
2030	7.925.892	5%
2031	8.725.376	6%
2032	9.547.718	7%
2033	10.494.532	7%
2034	11.325.951	8%
2035	12.374.324	9%
2036	13.486.459	9%
2037	14.675.629	10%
2038	14.431.150	10%
Total	144.630.068	100%

O quadro acima não contempla o valor de R\$ 4.203.804 referente ao custo de captação de empréstimo, ativado durante o período pré-operacional da controlada da Companhia.

11 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$ 53.293.221 (R\$ 51.209.221 em 2020) e está representado por 53.293.211 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 53.243.221 (R\$ 51.209.221 em 2020) e está representado por 53.243.221 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%	53.243.221	60%	30.725.533
Mutatis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	40%	20.483.688
Total	100,00%	53.243.221	100,00%	51.209.221

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 15 de janeiro de 2021, foi subscrito capital no montante de 2.019.000 e integralizado o montante de R\$ 1.974.000 com saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pelos acionistas entre os meses de novembro e dezembro de 2020.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 20 de dezembro de 2021, foi subscrito capital no montante de 65.000 e integralizado o montante de R\$ 15.000 com saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pelos acionistas em junho de 2021.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 45.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, há a previsão de que, em cada exercício, será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. O valor do dividendo mínimo referente ao exercício de 2021 é de R\$ 3.247.209. Não houve consituição de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2020.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 683.623. Não houve consituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2020.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi consituído montante de reservas de lucros a distribuir na ordem de R\$ 13.457.244. Não houve consituição em 31 de dezembro de 2020.

12 Receita operacional líquida (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – Geração própria	55.093.334	25.413.295
Outras receitas operacionais (a)	4.596.794	-
PIS	(387.935)	(161.195)
Cofins	(1.790.471)	(743.977)
	57.511.722	24.508.123

- (a) Refere-se a indenização por indisponibilidade recebida pela Companhia no âmbito do Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores, sendo os valores recebidos em substituição à receita que a Companhia deixou de auferir com sua atividade principal.

13 Custos operacionais (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(474.364)	-
Energia comprada para revenda	(1.665.906)	-
Amortizações e depreciações	(8.722.279)	-
Outros custos	(81)	-
Serviços - Pessoa Jurídica	(38.284)	-
Consórcio	(33.377)	-
Gastos operacionais - Geração de energia	(5.617.670)	(305.529)
Seguros	(361.201)	-
Taxa de fiscalização – ANEEL	(233.267)	-
Gastos com propriedades	(660.446)	-
Gastos com manutenção	(115.984)	-
Total	(17.922.859)	(305.529)

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

14 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com exposição	-	-	-	(1.261.921)
Taxas e emolumentos	-	(1.263)	-	(18.803)
Despesa com pessoal	-	-	-	(283.041)
Arrendamento mercantil	-	-	-	(234.469)
Viagens, diárias e ajuda de custo	-	-	-	(10.198)
Indenizações	-	-	-	(9.296)
Serviços de terceiros	(3.656)	(52.574)	-	(366.648)
Despesas com imóveis	-	-	(11.687)	-
Despesas com veículos	-	-	(16.536)	(35.959)
Despesas com escritórios	-	-	(16.170)	-
Despesas informática e telecomunicações	-	-	(19.407)	-
Despesas com relações com o mercado	-	-	(19.416)	-
Serviços de terceiros	-	-	(26.529)	-
Despesas com fretes	-	-	-	(4.177)
Despesas com seguro	-	-	-	(274.440)
Despesas com tributos	(1.632)	(1.622)	(16.434)	(1.622)
Despesas com cartório	-	(1.755)	-	(185.213)
Compartilhamento de despesas (a)	(3.215)	(5.726)	(405.976)	(1.123.957)
Amortizações e depreciações	-	-	(67.232)	(5.322.137)
Materiais de manutenção	-	-	-	(3.553)
Despesas com material de segurança	-	-	-	(10.346)
Despesas com combustível	-	-	-	(21.186)
Despesas com internet	-	-	-	(21.870)
Despesas com energia elétrica	-	-	-	(619.241)
Legais, judiciais e publicações	(74.022)	(61.250)	(247.386)	(107.650)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	(844)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(31.023)
Total	(82.525)	(124.190)	(846.773)	(9.947.594)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração efetuou a reclassificação de determinadas despesas que apresentavam-se classificadas no como despesas gerais e administrativas para o grupo de custos operacionais, reclassificação efetuada de acordo com a natureza das respectivas despesas, atendendo ao parágrafo 103 do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que recomenda a apresentação das despesas por função. Os valores correspondentes do exercício anterior não foram reclassificados para fins de comparabilidade.

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	39	34.896	740.489	335.137
Juros por inadimplência CCEE (a)	-	-	43	71.874
Outras receitas financeiras	-	-	1.568	889
	39	34.896	742.100	407.900
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(2.124)	(2.229)	(14.293)	(15.281)
Juros pagos	-	-	(60)	(232)
Multas	-	-	(3.523)	(1.407)
IOF	-	-	-	(8.896)
Juros sobre mútuo	-	-	-	(12)
Juros sobre direito de uso	-	-	-	(97)
Juros financiamento BNB	-	-	(20.443.382)	(5.355.642)
Comissão de fiança	(310)	(404.321)	(2.967.939)	(404.321)
Amortização custo de empréstimo	-	-	(313.417)	-
Juros debêntures	-	(1.479.553)	-	(1.479.553)
	(2.434)	(1.886.103)	(23.742.614)	(7.265.441)
Total	(2.395)	(1.851.207)	(23.000.514)	(6.857.541)

- (a) Refere-se a operação de compra e venda de energia no ambiente livre, em que os recebíveis não liquidados no âmbito da CCEE geram cálculo de juros. A CCEE é responsável pelo monitoramento e cálculo dos juros devidos pelos Agentes.

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia e sua controlada, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Partes relacionadas - Outros créditos (b)	-	-	1.104.777	302.725
Passivo				
Partes relacionadas - Fornecedores (a) (b)	131	1.154	43.017	374.139
Resultado				
Compartilhamento de despesa (a)	3.215	5.726	405.976	1.123.957

- (a) A Companhia e sua controlada possuem operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A controlada possui operações referente a despesas compartilhadas em condomínio com a SPE Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de novembro de 2021, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	10.206	10.206	21.108	21.108	22.828.824	22.828.824	9.498.975	9.498.975
Contas a receber	-	-	-	-	3.521.260	3.521.260	3.104.016	3.104.016
Aplicações financeiras	-	-	-	-	4.451.904	4.451.904	4.320.460	4.320.460
Adiantamento a fornecedor	-	-	15.062	15.062	82.950	82.950	79.688	79.688
Dividendos a receber	3.267.377	3.267.377	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas (ativo)	-	-	-	-	1.104.777	1.104.777	302.725	302.725
Dividendos a pagar	(3.247.209)	(3.247.209)	-	-	(3.247.209)	(3.247.209)	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(55)	(55)	(29.037)	(29.037)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(154.771.284)	(154.771.284)	(163.629.575)	(163.629.575)
Partes relacionadas (passivo)	(131)	(131)	(1.154)	(1.154)	(43.017)	(43.017)	(374.139)	(374.139)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(1.186.001)	(1.186.001)	(840.601)	(840.601)
Total	30.243	30.243	35.016	35.016	(127.257.851)	(127.257.851)	(147.567.488)	(147.567.488)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(2.066.757)</u>	<u>(998.574)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	59.690.128	25.413.295
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro (prejuízo) presumido	4.775.210	2.033.064
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais (a)	646.061	609.424
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.355.318)	(660.622)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	7.162.815	3.049.595
Outras receitas não operacionais (a)	742.061	705.427
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(711.439)	(337.952)

(a) Trata-se de receitas financeiras e ganho decorrente da venda de imobilizado.

19 Eventos subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2022, a Vale S.A. manifestou que mantém interesse na Opção de Compra, nos termos da Cláusula 2.2 do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 12 de dezembro de 2018 e aditado em 29 de junho de 2020 entre a Vale S.A. e o FIP Salus, com a interveniência da Casa dos Ventos, a Companhia e outras partes, para aquisição de 60% ou 100% das ações da Ventos de São Galvão Holding S.A. Com referida manifestação, a Vale iniciará auditoria da sociedade e do projeto, mantendo o direito de exercer ou não a opção de compra até 31 de julho de 2022.